



DOSSIÊ: “Diálogos sobre alfabetização: das políticas públicas ao cotidiano escolar”

APRESENTAÇÃO

Fernanda Duarte Araújo Silva¹
Universidade Federal de Uberlândia

Gláucia Signorelli²
Universidade Federal de Uberlândia

Alfabetização no Brasil: Olhares sobre a história, as políticas públicas e práticas educativas

A alfabetização no Brasil constitui um campo de conflitos e disputas entre diversas áreas de conhecimentos, como história, psicologia, sociologia e linguística. Segundo dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua – Educação em 2020, nosso país ainda possui uma média de 11 milhões de analfabetos (TOKARNIA, 2020). Essa realidade não demonstra uma falta de avanços em relação aos estudos na área, e sim que, na maior parte da história da alfabetização, as políticas públicas brasileiras têm sofrido retrocessos em virtude da descontinuidade na alternância de poder, o que incide em fragmentação e/ou rupturas de ações públicas – tal fato reverbera diretamente na formação e na prática docente.

Diante disso, este dossiê, intitulado “Diálogos sobre alfabetização: das políticas públicas ao cotidiano escolar” foi planejado como forma de resistência às políticas atuais de alfabetização, em especial, ao Decreto n. 9.765 (BRASIL, 2019), publicado no governo de Jair Messias Bolsonaro, que institui a Política Nacional de Alfabetização (PNA).

Inúmeras entidades acadêmicas e científicas têm se mobilizado como forma de reagir à política unilateral e autoritária que tenta moldar o sistema educativo por meio de um dos campos de conhecimento que envolvem a alfabetização: a fonologia. Entre as principais críticas

¹ Doutora em Educação. Docente do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação (FACED) e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Integrante do Núcleo de Linguagens, Leitura e Escrita (LiLEs/FACED/UFU). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Linguagens e Infâncias (GEPLI) da Faced/UFU. Membro da Associação Brasileira de Alfabetização (ABALF). *E-mail:* fernandaduarte@ufu.br. *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/2530209398344202>. *ORCID:* <http://orcid.org/0000-0003-2041-0608>.

² Doutora em Educação. Docente do Curso de Pedagogia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (ICHPO/UFU). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento Profissional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Membro da Associação Brasileira de Alfabetização (ABALF). *E-mail:* glauciasignorelli@ufu.br. *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/9108607797425296>. *ORCID:* <http://orcid.org/0000-0001-5288-8409>.

à PNA está a falta de diálogos com a comunidade acadêmica e científica, que há anos se dedica a pesquisar os desafios impostos à alfabetização em nosso país, bem como os/as profissionais que atuam na área. Por essas e outras questões, a referida política pública e seus desdobramentos são questionados e problematizados.

Pesquisas publicadas no decorrer da nossa história são unânimes ao afirmarem que o “problema” da alfabetização em nosso país não se resume à definição de um método para o/a professor/a alfabetizar. Ao contrário disso, pensar a alfabetização significa abordar as diferentes nuances que envolvem e influenciam diretamente esse processo. Nesse cenário, Morais (2019) destaca que a PNA possui um caráter antidemocrático, na medida em que tenta se impor por meio de amarras a iniciativas da formação docente, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e a Residência Pedagógica, modificadas para atender à concepção de alfabetização que orienta o referido documento. Outras ações relacionadas à alfabetização foram extintas, como o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)³ – as decisões e os direcionamentos ocorreram sem consulta às bases, em que se desconsideraram as avaliações e os resultados obtidos em tais programas.

Nessa perspectiva, identificamos que o campo da alfabetização está frágil e tem sido um dos desafios enfrentados no Brasil, o que corrobora a proposta deste dossiê, cujo objetivo é contribuir com as discussões sobre as políticas públicas de alfabetização, pela abordagem de temáticas que tratam da formação de professores/as alfabetizadores/as e dos diversos entraves e lutas vivenciadas tanto historicamente quanto na atualidade. Também abordamos as possibilidades de superar as contradições existentes, ao promovermos um diálogo profícuo desde as políticas públicas até o cotidiano escolar.

Docentes da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Vilma Aparecida Souza, Leonice Matilde Richter, Maria Vieira Silva e Raquel Aparecida Souza membros adjuntos da Comissão Editorial da Revista Educação e Políticas em Debate – iniciam a edição com o editorial, no qual contemplam reflexões sobre a PNA (BRASIL, 2019) e suas faces de autoritarismo e mercantilização vivenciadas no contexto das políticas para a alfabetização no país.

Este dossiê apresenta também uma entrevista concedida pela Dra. Mônica Correia Baptista, professora associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de

³ O Pacto Nacional pela Alfabetização Idade Certa (PNAIC) foi instituído pela Portaria n. 867, de 4 de julho de 2012, e lançado pelo Ministério da Educação (MEC) em 8 de novembro de 2012. Foi um compromisso assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios, com o objetivo geral de criar estratégias para atender à Meta 5 do Plano Nacional da Educação (PNE), que estabelece a obrigatoriedade de que, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, todas as crianças brasileiras fossem alfabetizadas (BRASIL, 2012). Tal programa vigorou de 2012 a 2018.

Minas Gerais (FAE/UFMG). A pesquisadora integra o Centro de Alfabetização Leitura e Escrita (CEALE) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infâncias e Educação Infantil (NEPEI), ambos da FAE/UFMG. Na entrevista, são apresentadas inúmeras reflexões sobre a alfabetização enquanto processo complexo e multifacetado que envolve temas relacionados a políticas públicas, pesquisas acadêmicas e formação docente. Entre as diversas contribuições desse trabalho, enfatizamos a possibilidade de mapear percursos históricos relativos a programas de alfabetização, como o PNAIC e a PNA.

O presente número conta com 16 publicações que envolvem olhares diversos de pesquisadores/as e professores/as alfabetizadores/as que se entrecruzam na construção de possibilidades de enfrentamento e resistência para o desenvolvimento de políticas diversas. Estas devem conceber a linguagem como forma de expressão, trocas e interações a ser vivenciada plena, concreta e dialogicamente. Assim, a obra foi organizada em quatro seções, a saber: 1) História da Alfabetização: diálogos e trajetórias; 2) O PNAIC: impactos nos programas de formação e práticas docentes; 3) Políticas de Alfabetização: relações com programas de formação de professores/as; e 4) Cotidiano, Práticas e Possibilidades para a Alfabetização.

Na seção 1, o artigo “A revista O ENSINO (PR) no início do século XX: ecos do movimento político pela alfabetização”, de Cláudia Maria Petchak Zanloreniz e Maria Isabel Moura Nascimento, apresenta uma pesquisa desenvolvida sobre a revista “O Ensino”, além do trabalho de um órgão governamental (Inspetoria Geral de Ensino do Paraná) e sua ressonância no início do século XX. As autoras relatam que o uso de periódico pedagógico pretendeu publicizar efetivamente a concepção de educação defendida pela inspetoria, em consonância ao movimento político do país, considerado um entrave para a modernização da sociedade republicana. O trabalho não tem a intenção de desvalorizar os esforços empreendidos pelo referido órgão governamental e que eram reflexos das condições materiais do período, e sim problematizar determinada etapa de ensino.

Ainda na seção 1 se encontra o artigo escrito por Marisa Garcia – “Avanços e recuos presentes nas políticas nacionais de alfabetização no Brasil desde o século XX: a escrita como um código ou como um sistema?”, – que aborda discussões sobre a trajetória histórica da alfabetização no decorrer do século XX, período marcado pelas tentativas de resolução dos problemas do analfabetismo no país. Além desse enfoque, há análises sobre as implicações didáticas da alternância entre os métodos enfatizados nas políticas nacionais de alfabetização em diferentes momentos históricos e os retrocessos que envolvem o PNA de 2019.

Já a seção 2 contempla quatro artigos que problematizam a relação entre o PNAIC e a formação docente, a partir de diferentes olhares. No primeiro texto, “Formação de professores alfabetizadores: uma reflexão a partir das percepções do processo formativo no PNAIC”, Erika Giuliana Rodrigues Pires Pinto, Ilsa do Carmo Vieira Goulart e Giovanna Rodrigues Cabral elencam os resultados de uma pesquisa que buscou identificar as percepções de professoras alfabetizadoras sobre a formação vivenciada no PNAIC. Em consonância a três dimensões – processo formativo como alfabetizadora, conceitos teóricos em relação ao processo de alfabetização e ações pedagógicas para a alfabetização –, o trabalho aponta que a formação pelo PNAIC possibilitou (re)pensar o trabalho pedagógico nas instituições educativas, no que tange às práticas com a leitura e a escrita.

Outro artigo que compõe essa seção, “Determinantes político-pedagógicos em um programa oficial de formação docente para a alfabetização”, foi elaborado por Mirella de Oliveira Freitas com o objetivo de verificar como as dimensões linguística e textual-discursiva foram associadas nas propostas didático-metodológicas do PNAIC, especificamente nos cadernos formativos estudados em 2013, voltados ao ensino e à aprendizagem da língua materna. A autora ressalta a necessidade de contribuir com as demandas atuais de fortalecimento dos estudos sobre letramentos, no momento em que as políticas públicas educacionais se direcionam à construção de práticas alfabetizadoras supostamente “neutras”. Pela análise interpretativista, o artigo destaca os desafios concernentes à articulação das dimensões linguística e textual-discursiva, para se aproximarem de práticas que consideram situações de interação social mais amplas no cotidiano escolar.

O terceiro artigo da seção 2, “Letramento e alfabetização nas práticas de ensino de uma docente participante do PNAIC – Educação Infantil”, escrito por Maria da Conceição Lira da Silva e Alexsandro da Silva, compreende análises sobre as práticas de ensino de leitura e escrita desenvolvidas por uma docente de Educação Infantil que participou da formação ofertada pelo PNAIC. A pesquisa revelou que a referida profissional contemplava as duas facetas da língua escrita (alfabetização e letramento) e identificou a mobilização de alguns elementos da formação do PNAIC, como o investimento na leitura literária e na análise fonológica.

E o último artigo dessa seção, intitulado “Utilização de instrumentos do PNAIC na avaliação: implicações para o contexto escolar”, de Tatiana Andrade Fernandes de Lucca, Aline Gasparini Zacharias-Carolino e Andréia Osti, objetivou ressaltar as dissonâncias e fragmentações dos conceitos de alfabetização em documentos e políticas educacionais, além de discutir o modo como os materiais originários de políticas nacionais de alfabetização são

apropriados no contexto escolar. Houve a análise de um instrumento avaliativo elaborado por uma Secretaria Municipal de Educação e utilizado por escolas onde ocorre o reforço escolar, em que, segundo as autoras, é possível inferir a menção aos direitos de aprendizagem apresentados no PNAIC. O texto considera a importância das políticas para as práticas desenvolvidas nos espaços educativos, bem como demonstrar as discontinuidades conceituais presentes nas iniciativas governamentais e como tais materiais/orientações podem consistir em uma forma de regular a prática docente.

Identificamos a relevância desses trabalhos que, sob diferentes perspectivas, realizaram análises críticas relacionadas ao maior programa de formação de alfabetizadores/as já desenvolvido em nosso país. Na seção foram contempladas questões gerais sobre tal iniciativa, mas também reflexões concernentes à formação e ao trabalho docente e suas relações com os distintos atores envolvidos no PNAIC: professores/as alfabetizadores, orientadores de estudo e docentes formadores.

Já a seção 3 conta com quatro artigos que dialogam sobre políticas e programas de alfabetização, em especial a partir do Decreto n. 9.765 (BRASIL, 2019), que instituiu a PNA e reforça a premissa de que tal política possui traços antidemocráticos e autoritários impostos aos/as professores/as no exercício profissional. O debate focaliza as concepções sobre o trabalho e a formação docente que subjazem o referido decreto por meio de objetivos, princípios e abordagens estabelecidas pelo documento.

O primeiro artigo da seção, intitulado “Políticas públicas de alfabetização no Brasil: análise do programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e da Política Nacional de Alfabetização (PNA)”, tem o intuito de apresentar as análises das intencionalidades das políticas públicas manifestadas no PNAIC e na PNA. Nesse caso, Fabíola Elizabete Costa, Ireni Marilene Zago Figueiredo e Márcia Cossetin desenvolveram uma pesquisa por meio de fontes primárias como a Portaria n. 867 (BRASIL, 2012) e o Decreto n. 9.765 (BRASIL, 2019); e de fontes secundárias, relativas aos teóricos da área da alfabetização. Elas constataram que o PNAIC, apesar das críticas, trouxe contribuições para a formação docente, especialmente na busca por melhorias em contextos de alfabetização. Já a PNA constitui um retrocesso na história da alfabetização em nosso país, sobretudo por retomar conceitos políticos e metodológicos superados e por enfatizar a utilização de apenas um método para alfabetizar de fato.

Enquanto isso, o artigo de Fabiani Inês de Almeida e Célia Beatriz Piatti, “Política Nacional de Alfabetização (PNA): implicações na formação do professor dos anos iniciais do ensino fundamental”, cita as implicações da PNA na formação inicial docente. Por meio da

análise dialética de uma fundamentação marxista, as autoras sublinham que a PNA possui uma perspectiva ideológica advinda dos organismos internacionais e um viés liberal-conservador que objetiva negar a história da alfabetização do país, o que retrocede os conhecimentos críticos construídos historicamente pela educação e para a formação de professores.

Na sequência, o artigo “Programas de formação de professores alfabetizadores: do PROFA à Política Nacional de Alfabetização (PNA)”, desenvolvido por Liziana Arâmbula Teixeira e Thaise da Silva, explora as concepções teóricas e os discursos sobre alfabetização que subjazem os programas de formação continuada para o aprimoramento das práticas pedagógicas de docentes alfabetizadores/as e que são ofertados pelo Ministério da Educação (MEC) nas últimas duas décadas. Entre as políticas contempladas no trabalho estão o Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA), o Pró-letramento, o PNAIC e a PNA. O trabalho conclui que o PROFA, o Pró-Letramento e o PNAIC utilizam discursos muito próximos de alfabetização, cujas práticas são fundamentadas no paradigma construtivista, no letramento e na consciência fonológica, enquanto a PNA aborda apenas a instrução fônica de forma antagônica. Esse trabalho ainda objetiva refletir acerca do novo programa governamental Alfabetização Baseada na Ciência (ABC), ao contextualizar suas rupturas e descontinuidades. A especificidade do tema recai sobre as novas relações colonialistas, quando observa o modo de produção do conhecimento sobre alfabetização ou sua negação. Os resultados indicam as reflexões sobre os aspectos da contradição em se autonegar “baseado na ciência” e negar a produção científica nacional sobre alfabetização.

Por seu turno, o texto “Quando a ‘Alfabetização Baseada em Ciência’ é sonegação e negação: perguntas sobre Política Nacional de Alfabetização (PNA) e Programa Governamental Alfabetização Baseada na Ciência (ABC)”, de Flaviana Demenech, Flávia Anastácio de Paula e Juliana Fatima Serraglio Pasini, apresenta os documentos e planos federais sobre a alfabetização lançados no Brasil entre 2019 e 2020. Objetiva-se refletir sobre o programa ABC, lançado pelo MEC em dezembro de 2020, para a formação de professores da área de alfabetização, no qual há um curso *on-line* desenvolvido pelo Centro de Investigação e Intervenção na Leitura do Instituto Politécnico do Porto. Segundo as pesquisadoras, a política que orienta as ações governamentais recai sobre as novas relações colonialistas, ao considerar o modo de produção do conhecimento sobre alfabetização ou sua negação. Em contrapartida, a discussão é contemplada por pesquisadores brasileiros que inferem sobre a ciência (ou o projeto de nação) evocada(o) pelo PNA. Afirma-se, pois, que o referido programa, “baseado na ciência”, nega a produção científica nacional sobre a alfabetização.

Em continuidade à seção 3 deste dossiê, o artigo “Programa “Conta Pra Mim”: A proposta da “educação literária” no cerco da Política Nacional de Alfabetização”, de Fernanda Duarte Araújo Silva, Vilma Aparecida de Souza e Gláucia Signorelli, faz uma análise textual do programa intitulado “Conta pra Mim” e problematiza sua proposta para a literatura infantil. Lançado pelo MEC em 2020 como um dos programas do PNA, foi criado para difundir os conceitos e as práticas de literacia familiar no Brasil. As pesquisadoras realizaram uma análise textual do programa “Conta pra Mim – guia de literacia familiar” e avaliaram os impactos dessa política que, segundo elas, na esteira do caráter antidemocrático e ultraconservador da PNA, demonstra um retrocesso para a literatura infantil, ao desconsiderar as pesquisas da área, ao desvalorizar a função social da escola e ao transferir a “educação literária” para a família.

Nesse entremeio, o artigo escrito por Jaqueline Luzia da Silva – “A (quase) invisibilidade da educação de jovens e adultos na Política Nacional de Alfabetização: marginalização e luta pelo direito à educação” – tem o intuito de apresentar reflexões e análises sobre a Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída em 2019, especificamente no que se refere à Educação de Jovens e Adultos (EJA). A autora amplia as discussões ao listar as políticas desenvolvidas de 2003 a 2019, no que diz respeito à EJA. Entre as principais conclusões do trabalho, reconhece-se que a PNA invisibiliza a EJA e, concomitantemente, propõe uma prática que pouco ou nada contribui com a alfabetização dos sujeitos.

Vale ressaltar que, de modo geral, os artigos supramencionados reafirmam a discussão apresentada por Moraes (2019), de que a PNA não contribui com o problema do analfabetismo no país, por ter sido construída sem nenhum debate com os/as professores/as alfabetizadores/as e a comunidade acadêmica.

Elizania Bruno Prado da Silva, Eliane Damasceno da Silva e Márcia Regina do Nascimento Sambugari são os/as autores/as do último artigo da seção, intitulado “O Programa Mais Alfabetização (PMALFA) no entretempo 2018 a 2020”. O texto contempla o recorte de uma pesquisa que buscou investigar o conceito de alfabetização no Programa Mais Alfabetização (PMALFA), além de contemplar o enfoque dado em pesquisas brasileiras que também investigaram a referida iniciativa. Realizam-se, assim, uma análise documental do manual operacional do sistema de orientação pedagógica e monitoramento do PMALFA e um levantamento bibliográfico de teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação no Brasil e de artigos em periódicos brasileiros. Os resultados indicam que o programa investigado contribuiu para a precarização da educação e o desenvolvimento de uma visão superficial e reducionista do processo de alfabetização.

Encerramos o dossiê com três artigos que compõem a seção 4. O primeiro texto, das pesquisadoras Klívia de Cássia Silva Nunes e Maria Cristina dos Santos, intitula-se “Educação no Campo e a Pedagogia Histórico-Crítica: reflexões teórico-metodológicas sobre o processo educativo” e objetiva discutir os aspectos teórico-metodológicos da alfabetização, à luz da Pedagogia Histórico-Crítica, sobretudo no tocante às práticas educativas para as escolas do campo. A problemática em questão visa compreender de que forma a referida teoria, como subsídio para a elaboração de uma proposta pedagógica, pode contribuir com o processo de alfabetização das crianças que vivem no campo. As autoras abordam o processo de aquisição da leitura e da escrita pela perspectiva de uma escola única, com acesso aos conhecimentos produzidos pela humanidade e fundada no materialismo histórico-dialético.

O segundo texto, intitulado “Iniciação à Docência no PIBID/UNEB: práticas de leitura e escrita”, de Simone Teles da Silva Santos, pretende apresentar a realização de uma oficina, com foco no gênero textual Histórias em Quadrinhos (HQs), e discutir a importância desse gênero enquanto forma de sensibilizar os estudantes para a ampliação do desenvolvimento do nível de leitura e escrita. Buscou-se uma base teórica acerca do letramento e dos gêneros textuais, com destaque às HQs. Por meio da Análise de Conteúdo (AC), a pesquisa evidenciou que os textos do gênero HQs utilizados como facilitadores do processo de ensino e aprendizagem não apenas contribuíram para o desenvolvimento dos estudantes, mas também estimularam a criatividade e o incentivo à leitura e à escrita.

Márcia Martins de Oliveira Abreu e Adriana Pastorello Buim Arena finalizam a seção 4 do dossiê com o trabalho “Atos de Leitura na Alfabetização”, que analisa o ato da leitura de crianças durante a alfabetização e apresenta uma das estratégias desenvolvidas na pesquisa “Ler para encontrar”. O trabalho foi realizado com crianças na faixa etária de seis anos, em um colégio de aplicação de uma universidade federal. A pesquisa demonstra que o envolvimento das crianças com a leitura acontece quando o ato de ler é considerado para elas como uma atividade essencial.

Essa seção final expõe a complexidade da sala de aula e algumas possibilidades para trabalhar com a linguagem como um discurso histórico e situado social e culturalmente. Também demonstra como as crianças aprendem e se desenvolvem por meio de práticas que possibilitam a elas a construção de distintas formas de sentir, ver, pensar e dizer o mundo.

Consideramos que o presente dossiê é um espaço de reflexão e divulgação de estudos que versam sobre as diversas críticas já manifestadas em outros espaços e entidades acadêmicas por professores/as e pesquisadores/as, especialmente os que atuam com a formação docente e a alfabetização. Assim, esperamos contribuir com o debate e ampliar o horizonte de

perspectivas daqueles/as que são os mais afetados pelas incoerências que envolvem o campo de alfabetização: os/as professores/as alfabetizadores/as e seus/suas alunos/as.

Desejamos boa leitura a todos/as!

Referências

BRASIL. Decreto n. 9.765, de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização. *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 abr. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9765.htm. Acesso em: 23 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 867, de 4 de julho de 2012. Institui o Pacto pela Educação na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. *Diário Oficial da União*, Brasília, 5 jul. 2012. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/provinha_brasil/legislacao/2013/portaria_n867_4julho2012_provinha_brasil.pdf. Acesso em: 23 jun. 2021.

BRASIL. *Ofertadas 40 mil vagas de cursos para professores de alfabetização*. 9 dez. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2020/dezembro/ofertadas-40-mil-vagas-de-cursos-para-professores-curso-de-alfabetizacao>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MORAIS, Artur. Gomes. Análise crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de Decreto em 2019. *Revista Brasileira de Alfabetização*, v. 1, n. 10, p. 66-75, 2019. DOI: <https://doi.org/10.47249/rba.2019.v1.357>.

TOKARNIA, Mariana. Analfabetismo cai, mas Brasil ainda tem 11 milhões sem ler e escrever. *Agência Brasil*, Rio de Janeiro, 15 jul. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-07/taxa-cai-levemente-mas-brasil-ainda-tem-11-milhoes-de-analfabetos>. Acesso em: 25 fev. 2021.